

RACISMO E BIOPOLÍTICA NO DEBATE PÓS-COLONIAL

Hector de Oliveira Vieira¹

Resumo

Este artigo trata da relação entre o racismo e o colonialismo como fenômeno imprescindível para análise das relações políticas no Brasil. De caráter exploratório e desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, o estudo é construído em uma base de diálogo das ciências sociais com a filosofia, a sociologia e a história. Utiliza conceitos como biopolítica (FOUCAULT, 2005) e necropolítica (MBEMBE, 2018) para analisar a experiência histórica brasileira, demonstrando como o racismo se perpetua em diferentes formas, incluindo as desigualdades econômicas, negação de direitos e exclusão social, especialmente após a abolição da escravatura. Além disso, destaca a necessidade de compreender o papel do racismo na história do Brasil para analisar as formas contemporâneas de poder e dominação.

Palavras-chave: Racismo; biopolítica; necropolítica; pós-colonialismo.

RACISM AND BIOPOLITICS IN THE POSTCOLONIAL DEBATE

Abstract

This article deals with the relationship between racism and colonialism as an essential phenomenon for analyzing political relations in Brazil. Exploratory in nature and developed through bibliographical research, the study is built on a basis of dialogue between social sciences and philosophy, sociology and history. It uses concepts such as biopolitics (FOUCAULT, 2005) and necropolitics (MBEMBE, 2018) to analyze the Brazilian historical experience, demonstrating how racism perpetuates itself in different forms, including economic inequalities, denial of rights and social exclusion, especially after the abolition of slavery. Furthermore, it highlights the need to understand the role of racism in the history of Brazil to analyze contemporary forms of power and domination.

Keywords: Racism; biopolitics; necropolitics; postcolonialism.

RACISMO Y BIOPOLÍTICA EN EL DEBATE POSCOLONIAL

¹ Historiador e mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul (2021). Atualmente, desenvolve uma pesquisa sobre o movimento estudantil na UCS durante a ditadura militar, com enfoque na memória e história oral. Seus interesses de pesquisa incluem os estudos pós-coloniais, formação social brasileira, ditadura militar no Brasil, memória e história oral. Além do trabalho acadêmico, atua como ativista social, integrando suas pesquisas com a luta antirracista e por direitos da juventude, buscando unir teoria e prática para promover uma sociedade mais justa.

Resumen

Este artículo aborda la relación entre racismo y colonialismo como fenómeno esencial para analizar las relaciones políticas en Brasil. De carácter exploratorio y desarrollado a través de una investigación bibliográfica, el estudio se construye sobre la base del diálogo entre las ciencias sociales y la filosofía, la sociología y la historia. Utiliza conceptos como biopolítica (FOUCAULT, 2005) y necropolítica (MBEMBE, 2018) para analizar la experiencia histórica brasileña, demostrando cómo el racismo se perpetúa en diferentes formas, incluidas las desigualdades económicas, la negación de derechos y la exclusión social, especialmente después de la abolición de esclavitud. Además, destaca la necesidad de comprender el papel del racismo en la historia de Brasil para analizar las formas contemporáneas de poder y dominación.

Palabras clave: Racismo; biopolítica; necropolítica; poscolonialismo

Introdução

O presente artigo trata da relação entre o racismo e o colonialismo como fenômeno imprescindível para análise das relações políticas no Brasil. A formação social brasileira é notadamente marcada pelo colonialismo como condição histórica de ascensão ao capitalismo e a constituição deste sistema socioeconômico é intrínseca às categorias sociais de raça e racismo. Suas formas de perpetuação são reelaboradas historicamente, mantendo um terreno propício para exploração nos campos econômico, político e ideológico.

Abordaremos os fenômenos da raça e do racismo a partir do diálogo com os conceitos biopolítico (FOUCAULT, 2005) e necropolítico (MBEMBE, 2018) buscando relacionar com a experiência histórica brasileira. Ao compreender o racismo por este viés, é possível lhe fornecer um entendimento histórico-filosófico, indicando-o como ferramenta conceitual fundamental para uma

análise consequente dos processos históricos da modernidade que engendram as formas contemporâneas de exercício do poder e da dominação.

De caráter exploratório e desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, o presente artigo é desenvolvido em duas partes. A primeira discute raça e racismo sob a perspectiva da biopolítica, apresentando sucintamente o pensamento foucaultiano com destaque ao gerenciamento da vida e da morte para o Estado moderno. Na segunda parte, exploramos o conceito de necropolítica, relacionando-o com autores pós-coloniais, construindo uma base de diálogo das ciências sociais com a filosofia, a sociologia e a história para contribuir com o exame crítico da realidade brasileira.

O artigo aborda ainda como o racismo se manifesta na sociedade brasileira após a abolição da escravatura. Examina a continuidade do poder sobre a vida, demonstrando como o racismo se perpetua em diferentes formas, incluindo as desigualdades econômicas, negação de direitos e exclusão social. O texto conclui destacando a necessidade de compreender o papel do racismo na história do Brasil para analisar as formas contemporâneas de poder e dominação.

Racismo e biopolítica

A “raça” é um dispositivo (re)elaborado para constituir um complexo político que permite o exercício de um conjunto de

práticas de dominação, vale dizer, de exploração e de poder sobre a vida e sobre a morte. As transformações da sociedade moderna tipicamente capitalista engendraram novas formas de dominação e de sujeição constituindo o racismo em sua configuração biologizante, ideológica e estatal, forjada no século XIX e perpetuada no século XX.

A ideia de raça e de racismo nem sempre foi a mesma, sendo operada em diferentes sentidos, circunscritos historicamente. A redução do racismo como resultado das diferenças físicas ou culturais de determinados grupos humanos não permite visualizar sua natureza fundamental, além de tangenciar perigosamente os caminhos de certa compreensão moral idealizada. As características corporais e culturais são articuladas para categorizar e constituir grupos sociais, onde o grupo dominante define quais características serão usadas como justificativa para a hierarquização, ou seja, são utilizados como insumos para a produção de dispositivos ideológicos que atribuem determinado valor às características internas de determinado grupo em uma configuração essencializada negativa ou positivamente.

Os dispositivos ideológicos não originam o racismo, mas constituem as estratégias de ação, sendo a diferenciação biológica e cultural os marcadores típicos, mas não imutáveis. O racismo, portanto, deve ser compreendido a partir da prática de dominação, como sistema de poder e de opressão historicamente construído, organizando as violências que atingem os grupos discriminados, e,

ao mesmo tempo, edificando os privilégios usufruídos por outro grupo social (SANTOS, 2022).

Michel Foucault expõe em seu curso transformado na obra “Em defesa da sociedade” (2005) como o racismo opera na divisão social dos que devem morrer, ou permanecer à margem da proteção jurídica estatal, e dos que devem viver: como esta biopolítica é o governo dos vivos e ao mesmo tempo a gestão soberana da morte. O modelo social moderno ocidental oriundo do desenvolvimento industrial do mundo europeu atribuiu novas exigências para o papel do Estado e reorientou o exercício e o sentido do poder. O poder soberano passa do direito de “fazer morrer e deixar viver” – incitado pelo direito de matar – para a gestão e manutenção da vida a variados processos de normalização, ou seja, do “fazer viver e deixar morrer”, do prolongamento e controle da vida – a biopolítica – tanto na perspectiva do corpo do indivíduo e quanto dos grupos sociais vistos sob seu conjunto. Mas a quem ou a qual grupo se deve fazer viver e deixar morrer? Como expor a morte numa sociedade de tipo moderno liberal que gerencia o prolongamento da vida?

Estas perguntas são ponto-chave para compreensão do funcionamento do estado moderno. Será o racismo a tecnologia do poder, o mecanismo usado pelo Estado para a diferenciação e hierarquização dos indivíduos, que segundo as próprias palavras de Foucault o “racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo

momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 304).

Nessa perspectiva, o racismo é articulado sob duas funções: I. a fragmentação e hierarquização dos sujeitos ditando aqueles que devem viver e aqueles de devem morrer; II. formar uma relação positiva com a morte do outro, ou seja, o desejo da morte do outro como eliminação do perigo e ao fortalecimento da ideia de raça, não somente pela condição de exercer o direito de matar diretamente, mas também de expor à morte, de expandir as possibilidades de risco de morte, ou simplesmente a segregação, a rejeição, a expulsão. (FOUCAULT, 2005, p. 304–306).

Mas antes do racismo de Estado, e das teorias do racismo científico, a formação do mundo colonizado será, sobretudo, o primeiro ensaio moderno, o laboratório (BRAYNER DE FARIAS, 2021) para a prática de um conjunto revigorado de gerenciamento da vida, ou mais precisamente, da gestão da morte. Será essa trama analítica baseada no biopoder visto sob experiência de quem foi colonizado que Mbembe (2018), com o conceito de necropolítica, eleva ao primeiro plano o poder soberano de morte.

Necropolítica, escravidão e contínuo colonial

Em ensaio publicado pela primeira vez em 2003 na revista *Raisons Politiques*, Achille Mbembe (2016) explora o conceito de biopoder de Michel Foucault na realidade pós-colonial. Ao expressar que a “máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na

capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016, p. 123), o autor nos estimula a refletir por quem e como são exercidas a soberania sobre a vida, ou seja, o controle e o exercício da mortalidade e a vida como implantação e manifestação de poder.

O filósofo camaronês induz uma relação entre o biopoder foucaultiano com os conceitos de estado de exceção e o estado de sítio (MBEMBE, 2016, p. 128). O caso da Alemanha Nazista é considerado o paradigma histórico que articula a relação entre o biopoder e a cesura biológica. Se tornou o arquétipo mais completo de um Estado exercendo o direito de matar, combinando as características de Estado racista, Estado assassino e Estado suicida. (MBEMBE, p. 128). Mas, neste sentido, vale recorrer a crítica feita por Aimé Césaire (2020) no seu célebre Discurso em que o colonialismo foi o protótipo do nazifascismo aplicando “à Europa processos colonialistas que, até ao momento, apenas diziam respeito aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia e aos negros de África” (CÉSAIRE, 2020, p.12). Portanto, a elevação da experiência nazifascista ganha notoriedade não unicamente pelo seu processo de terror e de barbárie, mas por justamente envolver o mundo “civilizado” europeu – já que processos tão terríveis quanto foram vistos anterior e posteriormente ao seu advento histórico.

Não se pode ignorar que os campos de concentração, por exemplo, podem ser considerados como um paradigma fundamental para a análise da violência soberana e destrutiva

(MBEMBE, 2016, p. 124), mas nos cabe aqui refletir como na realidade pós-colonial o arcabouço interligado entre Estado, instituições, cultura e ideologia articula fenômenos sociais em que o racismo se constitui um conceito de permanente influência no exercício do poder, e vistos sob a perspectiva histórica brasileira, nos apresenta um conjunto de características e reelaborações das relações de dominação sob jugo colonialista (e capitalista) que controla e decide sobre a vida de uma parcela significativa de brasileiros cotidianamente. Desse modo, o racismo aplicado no epicentro colonialista inicialmente pela instituição nefanda, e continuado sob novos conjuntos de instrumentos de poder, pode ser elevado a paradigma histórico de tipo mais aproximado com a realidade do país.

Desta exposição partimos para uma análise que pode contribuir na visualização das formas práticas que estabeleceram a relação do racismo como estrutura da desigualdade na experiência brasileira. Assim vemos que o racismo compõe um conjunto de estratégias socialmente criadas para justificação da dominação de um grupo social sobre o outro, sendo no Brasil o uso da escravidão o sistema social e econômico prático disto. Econômico porque se visualiza o sujeito escravizado como condição para a produção, reduzindo sua humanidade à condição de sujeito-objeto, através do exercício da biopolítica. Social porque é um dos principais eixos que estrutura os modos de exercício de poder através da produção da morte como forma de gestão pública, sendo que a condição de escravo resultou na tripla perda: de um lar, de direitos sobre seu

corpo e de status político (MBEMBE, p. 130). A produção da violência e do terror – levado até as últimas consequências pelo uso da morte – não apenas pelo Estado, mas permitido e condicionado por ele, é a condição *sine qua non* para a formação dos grupos privilegiados, que no caso brasileiro encontrará nascedouro desde a invasão europeia no continente africano e americano.

Devemos assentar historicamente a escravidão, que se desloca da sociedade escravocrata da antiguidade – oriunda majoritariamente de campanhas militares, do sistema de dívidas e negociações, sem necessariamente acoplar um único povo – para uma estrutura complexa que aciona mecanismos de submissão que terão no sistema colonial o seu laboratório para todo o tipo de reificação humana – alicerce do primeiro capitalismo – que encontrará seu auge no século XIX onde

o racismo introduz ou incorpora essa noção biológica, darwiniana, de que a espécie realiza por sua própria natureza, um processo de aperfeiçoamento, de onde naturalmente decorrerá a necessidade de identificar os mais fracos, os degenerados de toda sorte, os anormais; e de se proteger deles, sobreviver a eles, declarar guerra a eles. Mas não mais uma guerra contra inimigos externos, e sim uma guerra silenciosa, muda, que deverá transcorrer preferencialmente na mais harmoniosa paz. O discurso racista é um dos instrumentos mais importantes para justificar as ações políticas de defesa da sociedade. (BRAYNER DE FARIAS, 2021, p.11)

O exercício de poder e governo sobre a vida se entrelaça com a própria concepção de política ao longo dos diferentes períodos históricos. E mesmo o uso de determinados marcadores como método de hierarquização são vistos em outras experiências sociais

anteriores ao modelo biologizante e estatal formalizado no século XIX. Mas será no nascedouro da modernidade, pela primeira vez na história humana, o princípio de raça e o tema com o mesmo nome foram instaurados sob o signo do capital, e é precisamente este ponto que distingue o tráfico negreiro e as suas instituições das formas autóctones de servidão (MBEMBE, 2017, p. 31)

Antes e para entender o processo histórico que levou o “ilustre mundo ocidental” protagonizar as guerras mundiais, o nazismo e o holocausto e por decorrência, uma justificável inquietação intelectual induzida pela crise moral e ética, é preciso compreender o colonialismo no restante do mundo em que parte de uma epistemologia ainda europeizante não lida bem. O sistema colonial articulado pelo contato de Além-Mar molda política, social e geograficamente uma configuração racializada em que, assim como a escravidão se transformou na linguagem da hierarquia e da diferença, a nossa contemporaneidade vai recriando novas formas de discriminação e mantendo essa estrutura (SCHWARCZ, 2021).

A experiência colonial no Brasil engendrou efeitos presentes na contemporaneidade que mantém e reinventa as formas de submissão e exploração, alicerces do sistema capitalista. Entre as consequências possíveis, podemos visualizar a presença: na configuração política, social e geográfica racializada; no suporte a legitimação e confirmação do poder a partir da desigualdade econômica; no domínio e opressão sobre a mentalidade e os corpos, nas estruturas espaciais, ideológicas, culturais e do conhecimento;

no conjunto de condutas, interações e procedimentos institucionais ou não, no que podemos sintetizar como “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2019). A permanência infestante do racismo na sociedade é legitimada pelas instituições e normalizado pelas formas e condutas cotidianas.

A violência e negação da vida na visão pós-colonial se constitui sob variadas formas. Aspectos cotidianos e culturais desempenham um papel crucial para a subjugação contemporânea de herança colonial. Uma das manifestações dessa continuidade do domínio e opressão, a “democracia racial” surge

como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. (NASCIMENTO, 1978, p. 93).

Em diálogo com esta leitura trazida por um dos principais intelectuais da pós-colonialidade brasileira, o martinicano Frantz Fanon (2008) enfatiza que

todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado

escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (p. 34).

Ou seja, para além dos efeitos materiais das desigualdades econômicas de impacto na subsistência direta da população racializada, o conluio consciente e inconsciente das instituições, do Estado das demais estruturas de poder mantém até a atualidade sofisticados mecanismos culturais e ideológicos para subjugaçã, destruiçã e constituiçã de não-vida a amplas parcelas da populaçã brasileira. O racismo estã dentro e para alã dos comportamentos individuais, dos processos institucionais dentro e fora do Estado. É derivado de uma sociedade cujo racismo é regra e nã exceçã (ALMEIDA, 2019, p. 36). Assim, entendido tambã como prãticas que se internalizam no conjunto de disposições, valores, crenças do indivídoo dos indivídoo – brancos e negros, ambos dialeticamente posicionados racialmente – que com racializaçã do Estado e seus aparelhos, assim como demais instituições sociais, como a família, as igrejas, as empresas, as escolas e universidades, assegura a continuidade da dominaçã racial, que assume novas formas em viradas sociais (MONSMA, 2021).

Quanto a isso, breves aspectos podem ser observados na história brasileira. Experiências pós-coloniais com algum grau de açã ativa do Estado e suas instituições na formaçã de regimes de segregaçã podem ser vistos nas *Jim Crow Laws* ou no Apartheid sul-africano. Já a virada republicana no Brasil, a arquitetura da exclusã pode ser vista na continuidade da desigualdade que a

raça mantém sua forma estrutural, vale dizer, o funcionamento do Estado mantém a estrutura racial entre o paradoxo da ideia de liberdade e igualdade no ideário republicano com o funcionamento social baseado no racismo sem necessariamente declaratória, por exemplo, na letra da lei (SANTOS, p. 200). O uso de políticas higienistas e do início do século XX articulavam um pensamento de progresso e de civilização, livre da bestialidade, das doenças e da degeneração pública; códigos e costumes proibitivos manifestação culturais que fugissem do padrão eurocentrado; reformas urbanas deslocaram um conjunto da população pobre – originando os principais territórios suburbanos do país; detenções e perseguições policiais contra a ofensa moral e dos bons costumes; condutas cotidianas e comportamentais do que seria socialmente aceito e o que deveria ser rechaçado; onde a definição do que seria isso “estava intimamente ligada ao projeto de um Brasil moderno, civilizado e branco” (SANTOS, 2022, p. 196). Uma das formas de perpetuação do racismo pós-abolição pode ser observada na constituição de uma posição naturalizada, já que a vinculava a ideia de atraso à população negra e mestiça.

Não podemos desconsiderar que um dos principais fatores para a manutenção desta estrutura da diferença está relacionada a desigualdade econômica. Estabelece o suporte básico à legitimação e confirmação do poder. O estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculada ao Ministério da Economia, apresenta em 2019 um balanço concluindo que apesar da redução da pobreza racial no período de 2004 à 2014,

as chances da população preta e parda estar na linha da pobreza continuava elevadíssima, em média 2,35 vezes maior em comparação com os brancos. Ainda, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de SP, a partir do Instituto Locomotiva, apresenta um infográfico onde 74% das classes C e D são compostas por pessoas negras; que trabalhadores não-negros ganham em média 76% a mais que os negros; que em média 4 a cada 10 brasileiros negros afirmam ter faltado dinheiro para alimentação em meio a pandemia da Covid-19.

A racialização dos grupos sociais é ao mesmo tempo, a égide da forma política e social contemporânea – não mais sob a escravização escancarada, mas reordenando a ideia de sujeito-mercadoria – como também o alvo a ser combatido, o mal-estar a ser curado, na busca mais ou menos consciente de um objeto de ficção para a sujeição e gestão da violência – em última análise, da morte – como forma política. Há uma forma dissimulada, espraiada nas diferentes formas de ação social que perpetua o racismo. Não há, institucionalmente, formas como o apartheid que posicionam espaços sociais e geográficos para brancos e negros, mesmo que isso ocorra na prática.

O grau de difusão é tanto que expande para além da ficção fenotípica do racismo de tipo científico. Brancos e não-brancos são relegados para o estado substituível, sem desconsiderar a hierarquização em seus marcadores mais típicos permanece, em última instância. Daí o emprego do conceito de “território negro” às periferias, mesmo que em dados estatísticos possuam número

considerável de moradores autodeclarados brancos. Nas palavras de Mbembe (2017)

humanos em coisas animadas, em dados digitais e em códigos. Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo. (MBEMBE, 2017, p. 18)

Muito embora o paradigma racial no Brasil tem na diáspora africana seu elemento central, “Negro” e raça não são sinônimos, ou seja, o racismo como imaginário (ideologia) e prática (dominação) não se reduz a condição afrodescendente. O mundo globalizado intensifica as formas de gestão brutalizada da vida, normatizada na conduta cotidianas, legitimada pelas instituições e pelo Estado e justificada por um arcabouço ideológico que reinventa as desigualdades necessárias ao sistema econômico e leva a condição que os sujeitos escravizados no primeiro capitalismo foram expostos a um conjunto de populações subalternizadas. A gestão da vida se confunde com a gestão da economia, na redução do humano em objeto-mercadoria, descartável, substituível, quantificado. Isso não significa desconsiderar a carga histórica do processo colonial mantém nos marcadores fenotípicos a característica típica para a confluência da brutalização e da segregação social. Mecanismos como a rotina militarizada e de violência concentrada, a pauperização,

descartabilidade e invisibilidade da vida, a redução da existência humana e a destituição de identidades, signos e valores locais em prol de uma ideia universal, ocidental e capitalizante hoje é a realidade de uma parcela significativa da população, fundamentalmente negra. Em síntese, “o racismo fez parte de projetos de nação desde o início da República, de tal sorte que moldou e deu racionalidade às principais formas institucionais de violência, autoritarismo e desigualdade que constituem a vida social brasileira.” (ALMEIDA, 2019b, p. 348).

A experiência colonial se funde com os dispositivos do capitalismo contemporâneo, multifacetando as formas de subjugação da vida ao poder da morte, que em última análise, mantém um contínuo da experiência colonialista. A segregação espacial em que as periferias, favelas, vilas e comunidades estão inseridas assistem sua transformação em “zonas de guerra” pela ação armada das forças da segurança pública, combinada com o agenciamento de milícias paramilitares e facções do comércio de drogas. Este é um dos aspectos mais nítidos da intersecção da violência colonial com as formas modernas de controle, repressão e morte, mas não o único. A negação de direitos básicos, como à saúde, ao emprego e à educação, maquiado em torno do cínico raciocínio meritocrático, também perpetua formas de violência e de subjugação. Dessa forma, são configurados mundos de morte, que insere um conjunto de novos códigos e formas de agir e pensar em relação à existência social. Há uma ação deliberada do Estado

em que um conjunto da população é reduzido ao status de “mortos vivos”, como nos sugere Mbembe (2016).

Considerações finais

Com os diálogos expostos podemos perceber que as perspectivas biopolítica e a necropolítica são fundamentais não só para uma análise histórica, mas para a problematização de fenômenos sociais que acometem o presente. A leitura dos estudos pós-coloniais oferece suporte para afirmar que a questão racial no Brasil é um paradigma histórico de dimensão profunda e enraizada nas relações sociais e políticas que, conforme as reordenações do mundo capitalista contemporâneo, assimila novas configurações.

O racismo persiste através de diferentes mecanismos, já que é íntima a sua relação com o modelo capitalista, sendo a simbiose necessária para calibrar as contradições e as formas de exploração. A simples ação discriminatória ou preconceituosa individualizada em relação a um grupo é a apenas a superfície de uma dimensão arreigada e o entendimento da questão racial por aspectos culturais e fenotípicos são uma parte do todo, como buscamos explorar ao longo deste estudo. O racismo no Brasil se confunde com a própria construção de país, desde o modelo colonialista clássico ao modelo republicano-liberal, onde o formato do racismo científico, mobilizado por Foucault, permanece fundamentalmente por resquícios, transferindo racionalidade da desigualdade para o campo discursivo da meritocracia

dissimulando o seu caráter histórico e político (ALMEIDA, 2019b), radicalizado no mundo neoliberal contemporâneo.

Nesta fase, o capitalismo cada vez mais entregue a financeirização e as tecnologias digitais, carrega em si a produção da indiferença e a codificação da vida social em uma razão de tipo empresarial. Para uma multidão é relegada uma humanidade supérflua, onde sem o “direito de ser explorada” é entregue ao próprio abandono, sem utilidade para o funcionamento do capital (MBEMBE, 2017, p. 14-17).

Se, a barbárie e a gestão da vida e da morte foram o alicerce para o sistema escravocrata, podemos considerar o ponto agudo do racismo contemporâneo o terror e a brutalidade que aparato armado do Estado atua em comunidades majoritariamente de população negra, com o aval dos governos, legitimação dos grupos dominantes e ampla espetacularização midiática. Mas não só: a exposição à morte e a produção da indiferença persiste no desemprego e no subemprego, na segregação socioespacial, nas normas e condutas de vigilância social, no terrorismo psicológico e cultural que mantém o que Mbembe (2017) critica: o Negro como condição de vida de um outro, sujeito solúvel, fungível, descartável.

Como nas palavras de Clóvis Moura, somente admitindo “o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente” (1994, p. 28). Assim, esperamos que os conceitos explorados e as discussões suscitadas contribuam para perceber a estrutura social brasileira como racial e racializante e que não há como isolar o

confronto do racismo com a superação do capitalismo, e vice-versa.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Republicanismo e questão racial*. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, p. 343-348, 2019b.
- BRAYNER DE FARIAS, André. *Racismo e necropolítica: variações para uma biopolítica pós-colonial*. Revista Opinião Filosófica, 12(2), 1-20, 2021.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Arte & Ensaios, Revista do PPG de Artes visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, n. 32, dez. 2016.
- MONSMA, Karl, *A reprodução do racismo: Fazendeiros, Negros e Imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914*, 1ª edição. São Carlos, SP, Brasil: EdUFSCar, 2021.
- MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. Revista Princípios, nº 34, ago-out 1994, pág. 28-38.
- SANTOS, Ynaê L. S. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. Todavia: São Paulo, 2022.
- SCHWARCZ, Lilia. *Lilia Schwarcz destrincha o Brasil racista e desigual e alerta: "é necessário que não naturalizemos os golpes cotidianos"*. [Entrevista concedida a] Edimilson Cardial, João Jonas e Laura Rachid. Revista Educação, São Paulo, ed.278, 9 set. 2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.